

Artigo Original

EDUCAÇÃO PARA “ELES”: A MULHER NO SEIO DA EXCLUSÃO

Original Article

EDUCATION TO “HIM”: THE WOMAN WITHIN THE EXCLUSION

Paula Ravagnani Silva¹

<http://lattes.cnpq.br/6516533022449031>

Helen Barbosa Raiz Engler²

<http://lattes.cnpq.br/6112552238222632>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - e-ISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

RESUMO: O presente artigo visa discutir a educação, enfatizando: Educação para que? E para quem? Busca apresentar uma análise criteriosa da educação em meio a uma era globalizada e neoliberalizante. Neste contexto o foco privilegiado é a “Questão de Gênero”, a mulher no âmbito da educação e todo o processo histórico que possibilitou a exclusão e repressão do sexo feminino, desde ao período do Brasil Colônia até os dias atuais dentre permanências e resistências.

Palavras-chave: educação. neoliberalismo. questão de gênero.

ABSTRACT: *This article aims to discuss the education, emphasizing what is the education for? and who is it for?. The paper seeks to present a critical analysis of the education into the globalized and neoliberal era. Into this context, we focus the “Gender Issue”, the woman in*

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2010). Mestranda no programa de Pós-Graduação -ano de 2011- na " Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do campus de Franca/SP. E-mail: paulinha.ravagnani@yahoo.com.br

² Doutora (2001), Mestre (1995) e Graduada (1990) em Serviço Social pela UNESP/SP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É Professora Assistente Doutora da UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca/SP. Atua na Graduação e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (mestrado e doutorado). Possui publicações (livros, capítulos de livros e vários artigos) em importantes editoras, bem como tem participação ativa nos principais encontros nacionais e internacionais de Serviço Social. É pesquisadora/coordenadora de grupo registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificado pela UNESP: Núcleo de Pesquisa "Mentalidades e Trabalho: do local ao global".

the educational sphere and the historic process that led to the exclusion, since the colonial Brazil to today, between remains and resistances.

Keywords: *education. neoliberalism. gender issue.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cultura de um mundo globalizado e neoliberal proporciona incertezas advindas das transformações do mundo do trabalho, do avanço tecnológico, por via de consequência das mudanças na vida cotidiana, permeada pelo ambiente familiar e social, o que possibilita a viabilização de uma cultura do efêmero e da fragmentação.

A educação frente a esse cenário se dá em um processo histórico voltado para os interesses mercantis e econômicos, que ainda hoje sustenta o sistema educacional vigente. Desta forma, a “Escola” tem se revelado um meio importante para a manutenção e propagação do mesmo, numa perspectiva, que pode ser definida por controle social.

Frente a isso, a relação de gênero distingue-se permeada por distinções, que em suma geram desigualdades, em que a mulher é vulnerável ao processo de exclusão social cuja relação homem/mulher ganha espaço ao longo de todo o processo histórico como caráter de excludente.

A educação e o processo de escolarização que se efetivou no Brasil, destes os tempos coloniais com a ação dos Jesuítas até os dias atuais, sustenta a condição de exclusão da mulher ao acesso à educação. Assim, se faz jus a seguinte indagação: Na realidade atual essa situação se modificou?

OS (DÊS) INTERESSES DA EDUCAÇÃO. OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS?

As consequências advindas, sobretudo dos impactos da globalização e das políticas neoliberais estão em evidenciar o individualismo e o egoísmo nas relações homem-sociedade. São fenômenos se reproduzindo e se difundindo através das relações sociais, acentuando cada vez mais as desigualdades e a pauperização do homem.

Os impactos do mundo globalizado se refletem em vários setores da sociedade e nas relações sociais que se estabelecem. Sobre as intervenções relacionadas ao sistema educacional segundo Tavares (1997), a descentralização, focalização e privatização são usadas como estratégias do Estado para se ajustar às características da era globalizada e neoliberal.

Nesta perspectiva, o Estado estabelece através das políticas educacionais, a concretização do “conformismo social”, para a consolidação da hegemonia neoliberal, ou seja, as políticas educacionais estão voltadas aos interesses da lógica do mercado pela consolidação de um Estado mínimo e liberal, aonde há conseqüências agravantes nas expressões da “Questão Social” pautadas na desigualdade humana, política, estrutural, cultural e econômica dos indivíduos.

A redução dos recursos, a municipalização do ensino e a Reforma do Ensino Médio-Profissionalizante, estão dentre algumas das conseqüências advindas dos princípios neoliberais no sistema educacional verbalizando uma educação voltada para a lógica do mercado. No que se trata da “municipalização”, o processo norteia a descentralização ao processo de movimento da globalização, que desencadeia a fortificação para o enfraquecimento e desconstrução dos sistemas educacionais.

Assim, junto ao processo de “municipalização” há uma estratégica desresponsabilização financeira e administrativa do Estado, que proporciona a transferência de responsabilidades e obrigações do Estado aos Municípios.

No cerne das transformações ocorridas no ensino médio foi configurado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9394/96- o ensino médio como a última etapa da educação básica, esse percurso se deu em um cenário em que o desenvolvimento tecnológico e científico interveio nas relações sociais provocando transformações no processo de produção e reprodução da vida, neste ínterim, a sociedade contemporânea tem por exigência uma educação diferenciada, sob critérios onde a tecnologia está presente nas distintas esferas da vida social.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) o ensino médio tem por finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos na educação fundamental, desenvolver o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos, assim como, sua apreensão, que norteiam a produção moderna, indo além dos objetivos de preparação para o Vestibular. Entretanto, com essas modificações, a educação média, tem sido historicamente exclusiva, enfatizando as desigualdades sociais por critérios de seletividade.

Os desafios da educação, nesse contexto em âmbito são arquitetar que a mesma, pode modificar a realidade e as relações sociais estabelecidas, porém deve ser enfatizado o fator que determinará “o modo” como as ações educativas são operacionalizadas e efetivadas. Qual a intencionalidade? Uma Educação que vislumbre e concretize a transformação da realidade? Ou, uma Educação que detêm o papel de controle social? De conformismo? Atendendo aos fins mercadológicos?

RETROCESSO: O ACESSO À EDUCAÇÃO PARA MULHER

No Brasil na época colonial, a Igreja deteve a responsabilidade do ensino, principalmente pela ação dos Jesuítas. O ensino sob as ordens religiosas tinha como finalidade à catequese e a formação para as elites brasileiras. Desde mais ou mesmo 1549, quando foi fundada a primeira escola para “ler e escrever” proveniente dos primeiros Jesuítas a formação de uma cultura voltada aos valores do homem “branco” e masculina foram focalizadas. Importante ressaltar aqui, que apesar da “missão” acerca da educação na ação Jesuítica se dar pelo processo religioso, ideológico e cultural, aqui se finca as primeiras raízes de uma estruturação do sistema educacional brasileiro.

Neste cenário, as mulheres, foram excluídas do sistema escolar no Brasil colônia, com destinação ao lar, à oração, aos trabalhos domésticos sob o controle dos maridos e dos pais. Mas, por qual motivo às mulheres foram excluídas do sistema educacional do Brasil colônia? Herança da colonização de Portugal. Em Portugal havia uma influência significativa dos Árabes, que durante quase oitenta anos abordou a mulher como inferior. Por trezentos e vinte e dois anos, o período em que Brasil foi colônia de Portugal, tanto as mulheres brancas, ricas, pobres, negras, escravas ou indígenas não tiveram o acesso ao saber ler e escrever.

Os poetas neste contexto exerciam grandes influências na propagação da opressão do sexo feminino. Dentre eles, Gonçalo Trancoso, poeta português entre 1560 e 1600, apontava em seus versos que a mulher deve ser sempre calada, submissa, de pouca fala e percepção para que assim pudesse ser honrada. Assim como, cantada em prosa e verso, com a “Balada para rezar a Nossa Senhora”, Villón (apud MARTINS, 2001, p. 133), retrata a vida da mulher em meio a uma cultura patriarcal aonde o acesso à educação se destinava aos “Homens de poder”, da elite branca e masculina.

Os indígenas brasileiros foram os que tiveram a percepção e indignação com a discriminação entre homens e mulheres e, foram eles, que solicitaram ao Padre Manoel de Nóbrega o Direito à Educação para as mulheres. O padre enviou uma carta à rainha de Portugal para apresentar o pedido dos indígenas para que as mulheres também pudessem aprender a ler e a escrever. Porém, Dona Catarina, então rainha de Portugal, não considerou o pedido.

De acordo com Ribeiro (1997) sobre a negação do pedido dos indígenas acerca da inclusão das mulheres no sistema educacional da colônia, na arte de ler e escrever, aponta que na época em que Portugal era Metrópole, não havia escolas para mulheres. O processo de educação se concretizava em casa, portanto as Portuguesas eram na sua maioria analfabetas, até as mulheres que pertenciam à corte portuguesa eram destinadas somente a leituras de livros de orações, neste ínterim, não havia coerência e necessidade de ofertar o acesso à educação para as mulheres, ditas, “selvagens” da colônia.

No cenário colonial em território brasileiro, as mulheres não obtiveram acesso à escolarização, podendo somente em raros casos estudar em casa, com preceptores ou em conventos visando à vida religiosa ou visto como a saída e alternativa para mulheres que objetivavam apreender a ler e a escrever, em alguns casos, o convento era considerado um “despejo” de mulheres.

Posterior a expulsão dos Jesuítas (1759), e a efetivação da Reforma Pombalina da Educação, (Portugal e suas colônias), o cerne da escolarização para a mulher, pouco se modifica. Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, com o governo instalado no Rio de Janeiro, os interesses permeavam a criação de quadros para o exército e administração, foram abertos vários cursos de ensino superior para os homens no âmbito da elite.

O Decreto de 1ª de março de 1823, solidifica o método para instrução das corporações militares e professores e em 1825 o decreto de 22 de agosto abrangia as províncias do Império. A formação da figura do professor em nosso país se iniciava de modo exclusivo para os homens e conectado ao exercito.

A Lei Geral (15 de outubro de 1827) foi a primeira Lei brasileira pautada especificamente no ensino primário, posterior a independência, que concretizou as escolas de letras no país, também abrangeu a exclusão do sexo feminino, pois as mulheres eram isentas de todas as disciplinas destinadas aos meninos, sendo destinadas ao apreender ser “Dona do Lar”. Conforme aponta Tanuri (2000), as

primeiras escolas normais (Niterói, Bahia, São Paulo, Pernambuco, dentre outras) foram destinadas exclusivamente aos Homens, ou seja, elementos do sexo masculino.

A efetivação das escolas “mistas” (final do Império) conduzidas por professoras possibilitou o aumento da carreira de magistério e a vinculação das escolas normais para formação de professores, que foram abrangentes para a ocupação do espaço das mulheres em relação ao sistema educacional estabelecido neste contexto. Em 1910, foram institucionalizados no país os “grupos escolares”, havendo igualdade em termos de números dos efetivos do sexo feminino nas escolas. Neste cenário, se enfatizam as conquistas.

Porém, a cultura arraigada pelas práticas cotidianas desempenhadas pela mulher continuava prevalecendo em um sentido de inferioridade em relação ao sexo masculino. A mulher persistia na função do matrimônio, portanto ainda predominava a discriminação contra a mulher. E hoje, como a mulher se insere na sociedade? Será que esse cenário se modificou? Sob quais aspectos?

A EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES HOJE: PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

No processo histórico e social mediante a educação e a relação de gênero envolvendo a mulher, se observa ainda hoje “permanências” e “resistências” envolvendo a temática. Atualmente qual o quadro que encontramos ao nos deparar com a situação da mulher e o acesso à educação diante a uma herança cultural patriarcal e de submissão feminina?

Conforme Mittler (2002), 125 milhões de crianças, a nível mundial, não tem acesso a Escola, e que dois terços deste número citado são meninas. E um em cada quatro adultos nos países, ditos em desenvolvimento, não sabem ler ou escrever e dois terços deste percentual pertencem ao sexo feminino.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008), sobre a questão de gênero na educação, no Brasil a desigualdade em relação ao gênero na educação diminuiu no que diz respeito ao acesso e permanência no processo e período educacional. Importante ressaltar aqui, a questão da qualidade da educação brasileira e para qual finalidade se detêm. Será uma educação voltada para a formação do homem em sua totalidade? É uma Educação voltada à emancipação? Dados da mesma fonte citada

acima constam que no Ensino Superior (Graduação e Pós- Graduação) as mulheres são maioria, no entanto, se nota a disparidade da discriminação feminina na distinta distribuição dos estudantes de sexos diferentes pelas várias áreas do saber.

A análise criteriosa e crítica acerca da questão da mulher ao acesso a educação, requer um olhar sobre o “passado”, o processo histórico e social que influenciou uma cultura, a qual a mulher foi vista como inferior e destinada aos saberes do lar, que tem sua raiz arraigada no passado e se projeta nos dias atuais. Apesar, de toda resistência e ganhos perante a “Questão de Gênero”, a resistência se dá em termos da equidade de gênero, ou seja, garante à mulher pelo menos os direitos concebidos aos homens, pela igualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Com as relações visadas pelo sistema neoliberal há o enfraquecimento, minimização do Estado, cortes para os gastos sociais, os chamados “mínimos sociais”, desmobilização, acomodação dos movimentos populares. Nesta conjuntura histórica e social a educação é manejada segundo aos anseios do sistema vigente e a escola não foge à regra.

Nesta conjuntura, as relações de gênero são pautadas pelas diferenciações e pelos preconceitos, que colocam a mulher vulnerável ao processo de exclusão social. A relação abarcada pela questão de gênero, sobretudo, no âmbito da educação, se concretizou ao longo de todo o processo histórico com a mulher no seio da exclusão.

O que fica evidente é o necessário combate não apenas à discriminação de gênero, mas também ético, racial, orientação sexual, pessoas portadoras de deficiência, dentre outras. Há como essencial uma transformação cultural, com valores que se contraponham à hegemonia neoliberal, com valores de igualdade e não discriminatórios, sobretudo com valores voltados ao coletivo e com ética.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília, DF: EdUnb, 1993.

ALMEIDA, José R. P. de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Brasília, DF: Ed. INEP, 1989.

BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1984.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, Rogério; ADÃO, Áurea (Org.). **Leitura e escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. v. 2.

IBGE. **População**: PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>>. Acesso em: 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto : Ed. UNESP, 1997.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita, história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MITTLER, Peter. Educação para todos: um desafio global. **Pátio**, Porto Alegre, ano 5, n. 20, p. 11-14, fev./abr. 2002.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação da mulher no Brasil-colônia**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TAVARES, M. da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. A desordem globalizada e a nova dependência. **Revista ANPEC**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 9-30, ago. 1997.